

TRIBUTAÇÃO E CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

Coordenação

Bruna Camargo Ferrari
Jimir Doniak Jr.
Marcelo Magalhães Peixoto

TRIBUTAÇÃO E CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

AUTORES

Abel Escórcio Filho	Florence Cronemberger Haret Drago
Alexandre Evaristo Pinto	Gabriela Sampaio Lunardelli
Benjamim Cristobal Mardine Acuña	Jimir Doniak Jr.
Bruna Camargo Ferrari	Leonardo Constantino
Diego Miguita	Lorhena Carneiro
Diogo Olm Ferreira	Manuel Eduardo Cruvinel Machado Borges
Edison Carlos Fernandes	Marcelo Guaritá Borges Bento
Eduardo Alves de Oliveira	Marcelo Magalhães Peixoto
Eric Aversari Martins	Marcelo Winter
Fábio Pallaretti Calcini	Paulo Cesar Ruzisca Vaz
Fabio Pereira da Silva	Paulo Honório de Castro Júnior
Fernanda Teodoro Arantes	Sílvio Hiroshi Nakao
Fernando Dal-Ri Murcia	Tatiana Midori Migiyama

MP
EDITORA



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
PREFÁCIO	15
<i>Helena Taveira Torres</i>	
PREFÁCIO AO LIVRO <i>TRIBUTAÇÃO E CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO</i>	21
<i>Prof. Eliseu Martins</i>	

Tributação no agronegócio

COMPRA E VENDA DE <i>COMMODITIES</i> REFERENCIADA EM DÓLARES AMERICANOS E A INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS	25
<i>Diego Migueta</i>	
<i>Diogo Olm Ferreira</i>	
<i>Marcelo Winter</i>	
1 Introdução	25
2 Breve contexto do tema e a normatização contábil pertinente	26
3 Aspectos contratuais: validade da determinação do preço referenciado em moeda estrangeira	29
4 Efeitos do contrato de compra e venda de <i>commodities</i> para entrega futura na apuração do PIS e da Cofins	34
4.1 Reconhecimento contábil do adiantamento de preço como item não monetário	36
4.2 Reconhecimento contábil do adiantamento de preço como item monetário	40
5 Conclusão	47
6 Referências	47

NATUREZA JURÍDICA DOS CRÉDITOS DE COMPENSAÇÃO DE CARBONO NO MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO E CONTROVÉRSIAS NA INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA	49
<i>Bruna Camargo Ferrari</i>	
1 Introdução	49
2 Legislação brasileira sobre o mercado voluntário de carbono	50
3 Natureza jurídica e tratamento tributário para fins da incidência do imposto sobre a renda	54
4 Mercado voluntário de carbono, não organizado, e a natureza jurídica de ativos financeiros	65
5 Conclusões	66
6 Referências	68
TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO. CDA E WARRANT. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	69
<i>Fábio Pallaretti Calcini</i>	
1 Introdução	69
2 Títulos de crédito do agronegócio. Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA). Aspectos gerais. Lei n. 11.076/2004	69
3 Certificado de Depósito do Agropecuário (CDA) e Warrant Agropecuário (WA). Aspectos fiscais. Negociação. Liquidação física e financeira	77
4 Considerações finais	87
5 Referências	87
PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E TRIBUTÁRIO NO AGRONEGÓCIO – ANÁLISE DE “CASE”	89
<i>Fernanda Teodoro Arantes</i>	
1 Introdução	89
2 Do planejamento sucessório – “case”	90
3 A tributação das pessoas físicas x pessoas jurídicas – atividade rural	90
3.1 Contribuições para terceiros	91
3.2 Imposto de renda – pessoa física	92
3.3 Imposto de renda – pessoa jurídica – agropecuária	92
3.3.1 Lucro presumido	92
3.3.2 Lucro real	93
4 Análise das possíveis relações como fonte de renda (parceria x arrendamento)	93

5 Riscos tributários do planejamento sucessório – “case”	96
5.1 Das consequências de um planejamento tributário abusivo	98
6 Da jurisprudência sobre a parceria entre agropecuária e seus sócios – planejamento abusivo	98
7 Conclusão	102
8 Referências	103

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DEDUTIBILIDADE DA PESQUISA E PRODUÇÃO DE SEMENTE GENETICAMENTE MODIFICADA: <i>ROYALTIES</i> , SEMENTES TRANSGÊNICAS, PERCENTUAIS DE DEDUÇÃO DE IR, DENTRE OUTROS TEMAS	105
--	-----

Florence Cronemberger Haret Drago

1 Introdução	105
2 Fundamentos para a interpretação do melhor tratamento fiscal a ser dado aos cultivares em função da atual interpretação das autoridades competentes	106
3 Conclusões	116

DEPRECIÇÃO ACELERADA INCENTIVADA PARA PESSOA JURÍDICA QUE EXPLORE A ATIVIDADE RURAL – QUESTÕES ESPECÍFICAS	119
--	-----

Jimir Doniak Jr.

Gabriela Sampaio Lunardelli

1 Do tempo de realização da depreciação acelerada incentivada	120
2 Da aplicação da depreciação acelerada incentivada quando da migração da tributação do lucro real para o lucro presumido	125
3 Da aplicação da depreciação acelerada incentivada quando da migração da tributação do lucro presumido para o lucro real	129
4 Síntese	131

A POSSIBILIDADE DE ELEIÇÃO DE DOMICÍLIO FISCAL POR PRODUTOR RURAL: OPORTUNIDADES E IMPACTOS EM RELAÇÃO AO ITCMD	133
---	-----

Marcelo Guaritá Borges Bento

Manuel Eduardo Cruvinel Machado Borges

1 Breve introdução	133
2 O Imposto Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação	135
3 A possibilidade de eleição do domicílio fiscal pelo produtor	139
4 A malha fiscal do ITCMD e a jurisprudência	144
5 Conclusões	147

LUCRO ARBITRADO NA ATIVIDADE RURAL DA PESSOA FÍSICA	149
<i>Marcelo Magalhães Peixoto</i>	
<i>Abel Escórcio Filho</i>	
1 O imposto de renda do produtor rural pessoa física	149
2 Aspectos jurídicos do lucro arbitrado	153
3 Escrituração do livro-caixa do produtor rural e seus efeitos para apuração no lucro arbitrado	154
4 O lucro arbitrado do produtor rural pessoa física quando não conhecida a receita bruta	158
5 A aplicação do lucro arbitrado para produtores rurais pessoas físicas, pelo CARF	161
6 Conclusão	169
7 Referências	170

CONTROVÉRSIAS TRIBUTÁRIAS NOS SETORES DO AGRONEGÓCIO ENVOLVENDO CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO DE PIS E COFINS SOBRE FRETES, RECONHECIMENTO DE CRÉDITO PRESUMIDO DA AGROINDÚSTRIA E REGIMES ESPECIAIS	171
--	-----

Tatiana Midori Migiyama

1 Introdução	171
2 Controvérsias tributárias atuais	172
2.1 Constituição de crédito de PIS e Cofins no regime não cumulativo sobre fretes	172
2.1.1 Fretes	176
2.2 Crédito presumido	182
2.2.1 Crédito presumido da agroindústria: receitas auferidas nas vendas para a Zona Franca de Manaus	182
2.2.2 Crédito presumido de IPI x PIS e Cofins	184
3 Regimes especiais	189
4 Breves considerações	191
5 Referências	193

○ CONCEITO DE ATIVIDADE RURAL PARA FINS TRIBUTÁRIOS: PRINCIPAIS CONTROVÉRSIAS	195
<i>Paulo Cesar Ruzisca Vaz</i>	
1 Introdução e escopo	195
2 O conceito de atividade rural na legislação tributária e os principais reflexos tributários	195
3 Controvérsias sobre o conceito de atividade rural	199
3.1 Debate sobre a complexidade tecnológica empregada no processo produtivo desnaturar a atividade rural	203
3.2 Discussão sobre a forma de execução da atividade rural: a questão do processo industrial	206
3.3 Discussão sobre a forma de execução da atividade rural: parceria x arrendamento rurais	209
4 Conclusões	213
A INCONSTITUCIONALIDADE DO FUNDEINFRA EM GOIÁS	215
<i>Paulo Honório de Castro Júnior</i>	
1 Introdução	215
2 A inconstitucionalidade do Fundeinfra	219
2.1 Exportações (art. 38-A do CTE)	220
2.2 A invalidade da alteração do art. 50 do CTE (substituição tributária) e da exigência da “contribuição ao Fundeinfra” como requisito para fruir benefícios fiscais	234
3 Conclusão	239
4 Referências	239

Contabilidade no agronegócio

A AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO E A TRIBUTAÇÃO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	243
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
<i>Fernando Dal-Ri Murcia</i>	
1 Introdução	243
2 Da avaliação a valor justo	244
3 Do registro contábil de ativos biológicos	248
4 Da tributação dos ajustes a valor justo pelo imposto de renda	253
5 Conclusões	258
6 Referências	259

IMPLICAÇÕES TRIBUTÁRIAS DO RECONHECIMENTO DE ARRENDAMENTO CONTÁBIL SOBRE CONTRATOS DE PARCERIA RURAL	261
<i>Benjamim Cristobal Mardine Acuña</i> <i>Fabio Pereira da Silva</i>	
1 Introdução	261
2 Referencial teórico	264
2.1 Os contratos de arrendamento e de parceria rural	264
2.2 O tratamento contábil dos contratos de arrendamento e de parceria rural	278
2.2.1 O tratamento dos arrendamentos a partir de 2019	279
2.2.2 Contratos tipificados como parceria e sem componente de arrendamento	281
2.2.3 Contratos tipificados como parceria com componente de arrendamento	283
2.2.3.1 Parceiro cedente caracterizado arrendador na modalidade financeira	283
2.2.3.2 Parceiro cedente caracterizado arrendador na modalidade operacional	284
3 Essência sobre a forma e seu reflexo tributário	284
4 Considerações finais	291
5 Referências	292
 CONTROLE CONTÁBIL DOS INCENTIVOS DE ICMS NO AGRONEGÓCIO	 297
<i>Edison Carlos Fernandes</i>	
1 Introdução	297
2 O início: crédito presumido de ICMS	298
3 O incentivo original: redução da base de cálculo	300
4 O incentivo da cesta básica: isenção parcial ou redução da alíquota	304
5 Conclusão	307

FIAGRO: MERCADO FINANCEIRO EM AGRONEGÓCIOS	309
<i>Eduardo Alves de Oliveira</i>	
<i>Leonardo Constantino</i>	
<i>Lorhena Carneiro</i>	
1 Contexto atual	309
2 Aspectos gerais	310
2.1 Relevância econômica e tramitação legislativa	310
2.2 Conceito e principais características	312
3 FII e Fiagro: diferenças e aproximações	315
4 Aspectos tributários	318
4.1 Tributação do fundo	318
4.2 Tributação do investidor nacional	319
4.3 Tributação do investidor estrangeiro	320
4.4 Tributação por conta da subscrição de cotas	322
5 Aspectos regulatórios	325
6 Aspectos práticos e oportunidades no mercado	328
6.1 Planejamento sucessório	328
6.2 Captação de recursos	328
6.3 Retorno para o investidor	329
7 Conclusão	330
8 Referências	331
O IMPACTO DA CONTABILIZAÇÃO DO ATIVO BIOLÓGICO NOS ESTOQUES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS: ASPECTOS CONTÁBEIS E FISCAIS	335
<i>Eric Aversari Martins</i>	
1 A contabilização do ativo biológico e do produto agrícola	336
2 O controle do valor justo	337
3 Os investimentos ao longo da vida do ativo biológico	343
3.1 O modelo dos gastos como despesa no resultado	344
3.2 O modelo dos gastos como ativo	348
4 A mensuração subsequente pelo valor justo	351
5 Conclusão	353
6 Referências	353

DEPRECIAÇÃO E EXAUSTÃO NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR	355
<i>Silvio Hiroshi Nakao</i>	
1 Introdução	355
2 Contexto das discussões	356
3 O que são depreciação e exaustão?	356
4 O tratamento contábil da plantação de cana-de-açúcar na norma internacional	363
5 A depreciação/exaustão da plantação de cana-de-açúcar na legislação tributária	365
6 O reflexo da realidade econômica: plantação de cana-de-açúcar deprecia ou exaure?	367
7 Considerações finais	371
8 Referências	372